

"O TRABALHO MUDARIA TUDO": TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

"WORK WOULD CHANGE EVERYTHING": WORK AND HOMELESS POPULATION

"EL TRABAJO CAMBIARÍA TODO": TRABAJO Y POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE

*Eduardo Souza Passini**

*Carmem Regina Giongo***

*Suane Silva Pinheiro****

*Scarleth Nardes*****

*Marina Fritz******

*Raquel Meyer Fagundes Backes******

RESUMO

Este artigo buscou descrever e analisar o contexto de trabalho das pessoas em situação de rua. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo e de metodologia mista. Foram realizadas observações participantes e entrevistas narrativas associadas à aplicação de um questionário a 170 pessoas que estavam em situação de rua. A análise do material coletado ocorreu por meio da análise temática e análise estatística descritiva. Os resultados apontaram que o trabalho neste contexto é caracterizado por atividades informais e precarizadas, dificultando o acesso aos direitos e a organização para a saída das ruas. Aspectos como a baixa escolaridade, a ausência de documentos, o preconceito e a intensa rotina demandada para a sobrevivência dessa população tornam o acesso ao trabalho formal ainda mais desafiador. Conclui-se que as políticas de geração de renda,

*Psicólogo pela Universidade Feevale, mestrando em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - dudupassini@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9740-9616>

**Doutora e pós doutora em psicologia social e institucional, docente do curso de pós graduação em Psicologia da Universidade Feevale - ca.aiesec@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7335-8511>

***Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Feevale - suane.sp@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2711-9186>

****Psicóloga pela Universidade Feevale, mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - scarlethnardes@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2323-4419>

*****Enfermeira, mestra em Psicologia e em Administração pela Universidade Feevale - marinafritznh@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3024-9355>

*****Psicóloga pela Universidade Feevale – raqbackes@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5571-0745>

inserção no mercado de trabalho e educação destinadas à população em situação de rua são fundamentais e urgentes no Brasil.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Trabalho; Precarização.

ABSTRACT

This article sought to describe and analyze the work context of homeless people. It is an exploratory-descriptive research with a mixed methodology. Participant observations and narrative interviews were made associated with the application of a questionnaire with 170 people who were homeless. The analysis of the collected material occurred from the thematic analysis and descriptive statistical analysis. The results showed that work in this context is characterized by informal and precarious activities, making it difficult to access rights and achieve organization to leave the streets. Aspects such as low education, the absence of documents, prejudice and the intense routine required for the survival of this population make access to formal work even more challenging. We concluded that the policies of income generation, insertion in the labor market and education aimed at the homeless population are fundamental and urgent in Brazil.

Keywords: Homeless Population; Work; Precariousness.

RESUMEN

Este artículo buscó describir y analizar el contexto laboral de la población en situación de calle. Es una investigación de carácter exploratorio-descriptivo con una metodología mixta. Se realizaron observaciones participantes y entrevistas narrativas asociadas a la aplicación de un cuestionario con 170 personas que vivían en situación de calle. El análisis del material recogido ocurrió mediante análisis temático y análisis estadístico descriptivo. Los resultados apuntaron que el trabajo en este contexto es caracterizado por actividades informales y precarias, dificultando el acceso a los derechos e a la organización para la salida de las calles. Aspectos como la baja escolaridad, la ausencia de documentos, el prejuicio y la intensa rutina requerida para la supervivencia de esta población hacen aún más desafiante el acceso al trabajo formal. Se concluye que las políticas de generación de ingresos, inserción en el mercado laboral y educación para la población en situación de calle son fundamentales y urgentes en Brasil.

Palabras-clave: Población en Situación de Calle; Trabajo; Precarización.

1 INTRODUÇÃO

A lógica do capital tem revolucionado todas as dimensões da vida humana. As transformações em curso encontram-se atreladas às mudanças no perfil demográfico das populações, à expansão urbana, ao crescimento das atividades de serviços, às novas formas de comunicação social, bem como às alterações no âmbito cultural (Casulo & Alves, 2018). Essas novas configurações emergentes no contexto do trabalho vivo impactam diretamente os modos de viver e de adoecer dos trabalhadores. Ademais, as mudanças no mundo do trabalho acabam por contribuir significativamente com o crescimento do desemprego estrutural, com o empobrecimento da classe trabalhadora e, conseqüentemente, com a intensificação das desigualdades sociais (Antunes, 2020). Assim, nesse contexto marcado pelos processos de precarização, surge a exigência por melhorias nos processos de trabalho, já que os trabalhadores são submetidos a constantes mudanças organizacionais, inclusive, com a imposição de maior desempenho e produtividade em tempo integral.

No 3º trimestre de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), contabilizou 14,1 milhões (13,1%) de desempregados (desocupados) no Brasil, isto é, pessoas que não estavam trabalhando, mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho e estavam disponíveis para assumi-lo. Além disso, outro dado relevante diz respeito àqueles que não trabalhavam ou trabalhavam menos do que gostariam, o que contabilizou 30,3% da população brasileira.

É pressuposto do sistema de produção capitalista, uma das condições para seu desenvolvimento, a existência de uma superpopulação excedente de trabalhadores disponíveis para o acúmulo de capital (Iamamoto, 2019). Sendo assim, essa exclusão social como processo de afastamento de determinados indivíduos ou grupos da sociedade e inerente ao modelo econômico vigente reflete diretamente fenômenos atrelados à desigualdade social. Ainda nessa perspectiva, Sawaia, Pereira e Santos (2018) discorrem que esses indivíduos excedentes não estão simplesmente excluídos, mas perversamente incluídos no sistema, ocupando uma posição marginalizada, julgada necessária para o desenvolvimento da economia capitalista.

Nesse contexto de frequentes mudanças no mundo do trabalho, como a precarização nas relações, a reestruturação produtiva, o adoecimento do trabalhador e a exigência de qualificação, as desigualdades sociais e as manifestações da questão social são ampliadas, a exemplo do fenômeno da população em situação de rua, decorrente das relações conturbadas entre capital e trabalho (Pinto & Gondim, 2017).

“Vai trabalhar!”: essa é, provavelmente, a frase mais ouvida pelas pessoas que se encontram em situação de rua, a qual possui uma significação muito importante para tentar compreender as convicções da sociedade perante essa população. Essas convicções, por sua vez, costumam vir acompanhadas da ideia de que a situação de rua é de responsabilidade individual, ocultando-se os processos sociais envolvidos nesse fenômeno.

De acordo com a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de rua, entende-se esse público como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2008, p. 8).

Em março de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) estimou que, no Brasil, existiam 221.869 pessoas em situação de rua. Comparando esses dados com os divulgados em 2016, que detectaram 101.854, percebe-se um aumento de 117,8% no número de pessoas em situação de rua (IPEA, 2016). Apesar da realização desses importantes estudos, é relevante salientar que a população em situação de rua não se encontra incluída nos estudos do IBGE. Com isso, um pedido da Defensoria Pública da União (2020) tornou obrigatória ao IBGE a inclusão dessa população nos censos demográficos, mas a exigência não deixou clara como seria efetivada essa mudança no processo de coleta de dados.

A exclusão social, intimamente atrelada aos processos econômicos e políticos baseados na injustiça social, é intensificada na situação de rua. De acordo com Silva (2015), a quantidade de pessoas em situação de rua tem aumentado devido à precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural e às transformações econômicas.

Uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (Centro de Assessoria Multiprofissional [CAMP], 2017) revelou que grande parte da população em situação de rua entrevistada (34,5%) não possuía nenhuma ocupação ou atividade econômica e que cerca da metade (51%)

não possuía sequer uma ocupação secundária, isto é, uma atividade econômica temporária, de jornada parcial ou que complementasse a atividade principal. A maioria das ocupações indicadas, como construção civil (14,7%), limpeza e serviços gerais (8,7%), vendedor e ambulante (7,9%) e catador/reciclador (7,4%), representa trabalhos informais e precários de baixa complexidade e qualificação, assim como de baixos rendimentos.

Tendo em vista o trabalho como uma categoria fundante do ser social (Lukács, 2018), as atividades laborais assumem um papel constituinte da subjetividade, e, no ambiente da rua, isso não difere, uma vez que figuram como meio de pertença social (Enriquez, 2019). Ademais, a geração de renda esperada pelas pessoas em situação de rua por meio do trabalho não objetiva o acúmulo de dinheiro ou bens, pois acaba sendo direcionada à sobrevivência, resultando na aceitação de qualquer tipo de trabalho por conta da vulnerabilidade e da violação de direitos vivenciada por essa população (Pinho, Pereira & Lussi, 2019).

Considera-se a categoria "trabalho" relacionada não apenas aos processos de exclusão e desigualdade social, mas também às condições de saúde dessa população. Nesse sentido, ao relacionar saúde e trabalho, Carrapato, Correia e Garcia (2017) articulam os fatores que estariam ligados à saúde e seus determinantes sociais, entre os quais encontra-se o trabalho (e o não-trabalho) como importante influenciador dos processos de saúde-doença do indivíduo. Para tanto, o trabalho é classificado como determinante social à saúde, uma vez que abrange as condições materiais e psicossociais em que as pessoas vivem. Diante da contextualização do trabalho contemporâneo, bem como das novas formas de sofrer e adoecer dos trabalhadores, Machado, Giongo e Mendes (2016) chamam a atenção para uma insegurança proveniente do modelo social atual associada à extrema vulnerabilidade.

Frente ao exposto, e considerando a centralidade do trabalho nas dinâmicas da desigualdade social, este artigo tem como objetivo descrever e analisar o contexto de trabalho das pessoas em situação de rua, problematizando-se os elementos que contribuem para a invisibilidade e a precarização do trabalho.

2 MÉTODO

Este estudo integra uma pesquisa maior intitulada "População Adulta em Situação de Rua de Novo Hamburgo/RS: Vivências, Demandas e Possibilidades de Intervenção", que buscou realizar um recenseamento

da população adulta em situação de rua na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. A investigação teve um caráter exploratório e descritivo, de abordagem mista. Ademais, foi orientada metodologicamente pelos pressupostos de Minayo (2014), que preconiza o envolvimento de múltiplos atores, considerando que todo resultado obtido é fruto de um processo de construção coletiva, histórica e social.

2.2 Participantes

Participaram da pesquisa homens e mulheres maiores de 18 anos que se encontravam em situação de rua na cidade de Novo Hamburgo/RS, no período de abril de 2019 a dezembro de 2019. Na ocasião, foram contabilizadas 215 pessoas. Desse total, 170 aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos participantes da pesquisa, 86,5% eram homens e 13,5% mulheres; 50% brancos e 45,3% pardos ou negros, com idade média de 39 anos. Além disso, 57,4% possuíam filhos, e 83,4% não possuíam companheiro (a). Por fim, a maioria dos entrevistados (60,6%) já deixou de estar em situação de rua.

2.3 Instrumentos

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário semiestruturado com o objetivo de levantar informações biossociodemográficas e identificar as características dos participantes. Utilizou-se também a observação participante como técnica de investigação científica, pela qual o pesquisador participa de uma situação social buscando compreender a realidade investigada (Flick, 2004). As informações coletadas na observação participante foram registradas em diário de campo e analisadas posteriormente, no momento da análise qualitativa. A técnica de entrevista narrativa também foi aplicada, mas definida pela não utilização do esquema pergunta-resposta, justamente por preconizar a livre narração do entrevistado (Schutze, 1992).

Os participantes que autorizaram tiveram a entrevista gravada e transcrita na íntegra. Cabe destacar que o uso do gravador não foi permitido frequentemente. Entendeu-se, portanto, que a condução das entrevistas demandou cuidados específicos que preservassem a confiança e o vínculo entre entrevistador e entrevistado, muitas vezes expressos pela ausência da gravação. Nos casos em que a entrevista não foi gravada, o pesquisador realizou os registros das falas durante a sua condução.

A elaboração do plano de coleta de dados e do questionário da pesquisa foi realizada com os diversos atores envolvidos no estudo, incluindo as pessoas em situação de rua e as equipes dos diferentes serviços que realizavam atendimento a esse público em Novo Hamburgo, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e organizações da sociedade civil (OSCs). A construção do instrumento e a validação do plano de trabalho foram divididas em seis etapas: a) Levantamento de estudos similares; b) Construção de um questionário piloto; c) Validação coletiva do questionário; d) Capacitação da equipe de entrevistadores; e) Aplicação do estudo piloto; e f) Fechamento do questionário.

2.3 Procedimentos de Coleta de Dados e Cuidados Éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado na Universidade Feevale e na Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo. Posteriormente, foi organizada a equipe de trabalho, que envolveu alunos e professores dessa universidade, trabalhadores do Centro POP e do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), totalizando 16 pessoas.

A partir das aprovações institucionais, foram organizados encontros com as entidades públicas e privadas que prestavam atendimentos à população em situação de rua desse município, visando a construção coletiva do cronograma de trabalho e das estratégias de contato com os participantes da pesquisa. Essa etapa foi fundamental, pois possibilitou a ampla divulgação do estudo na região e contribuiu consideravelmente para o processo de inserção da equipe de pesquisa no território investigado. Cabe destacar, ainda, que o cronograma de coleta de dados envolveu diferentes estações do ano, dias da semana e variados espaços públicos e instituições, com a intenção de ampliar o acesso às pessoas em situação de rua no município.

Também é importante salientar que, mesmo contando com os esforços da equipe de pesquisa e de todos os serviços que atendem a esse público, estima-se que um número superior de pessoas em situação de rua não puderam ser acessadas, em função tanto de sua mobilidade/itinerância quanto do difícil acesso a alguns territórios.

O projeto passou pela aprovação do Comitê de Ética da Universidade Feevale (Parecer nº 3.039.366). Os participantes que assinaram o TCLE foram instruídos acerca de todos os procedimentos de coleta de dados, incluindo-se o sigilo da identidade, a possibilidade de desistência a

qualquer momento e a oportunidade de contatar os pesquisadores posteriormente. Além disso, sempre que identificadas demandas em saúde ou assistência social, os pesquisadores realizavam orientações e/ou encaminhamentos dos participantes da pesquisa para os serviços públicos municipais de Novo Hamburgo. Ao final da pesquisa, foi construída uma cartilha com os principais resultados do estudo, incluindo sugestões de melhorias e intervenções junto às políticas públicas municipais. Todos os participantes receberam o material, que também foi disponibilizado nos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua da região.

2.4 Procedimentos de Análise de Dados

No tocante ao processo de análise de dados, a técnica utilizada para os dados qualitativos foi a análise temática, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que participam do processo de comunicação, nos quais a presença ou frequência com que aparecem significa algo visado para o objeto analítico (Minayo, 2016). Do ponto de vista prático, a análise é dividida em três principais etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento e interpretação dos dados. Para a análise dos dados quantitativos, foi utilizada análise estatística descritiva por meio de medidas descritivas, tabelas de frequência simples e cruzamentos entre variáveis.

3 RESULTADOS

A população em situação de rua participante da pesquisa é composta, em sua maioria, por trabalhadores informais, que não possuem emprego com carteira assinada e exercem atividades precarizadas. Dos participantes da pesquisa, 98,2% não possuíam vínculo de trabalho formal. Conforme indica a Tabela 1, 33,5% não possuíam nenhuma atividade ocupacional, formal ou informal. Diante desse contexto, entre as atividades citadas, 12,4% obtinham sua renda por meio da reciclagem; 10,6% eram vendedores ambulantes; e 9,4% trabalhavam na construção civil.

Tabela 1- Principais ocupações/atividades

	n	%
Não possui	57	33,5%
Catador/reciclador	21	12,4%
Vendedor ambulante	18	10,6%
Construção civil	16	9,4%

	n	%
Guardador de carro	13	7,6%
Pedir doação da sociedade civil	13	7,6%
Faxina/limpeza	6	3,5%
Artesão	5	2,9%
Carga e descarga	4	2,4%
Jardinagem	3	1,8%
Mecânico	3	1,8%
Garçom	2	1,2%
Panfletagem	2	1,2%
Recebe ajuda familiar	2	1,2%
Artista	1	0,6%
Cabeleireiro	1	0,6%
Estudante	1	0,6%
Lavagem de carro	1	0,6%
Tráfico	1	0,6%
Total	170	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Em relação aos principais motivos que levaram os participantes à situação de rua, 70,6% dos entrevistados relataram ter vivenciado problemas familiares; 45,3% referiram-se ao uso de álcool/drogas; e o desemprego foi o terceiro motivo mais comum, com 19,4% das respostas. Ademais, o desemprego e a falta de renda permaneceram como duas das principais dificuldades enfrentadas no dia a dia por essa população, já que totalizaram 53,6% das respostas.

Os relatos a seguir exemplificam esse cenário, em que se manifestam a ausência de suporte e a falta de oportunidades ocupacionais:

Já fui detento, por isso ninguém me ajuda. Tô na rua há quatro dias, tá sendo horrível. Posso trabalhar na agricultura, mas não tenho dinheiro pra passagem, pra ir até a zona rural, na colheita de maçã. A prefeitura deveria disponibilizar transporte pra quem quer trabalhar; tá na rua é só incentivo pra gente ir pro crime. Já pensei até em suicídio na rua (Diário de Campo, 2019, Entrevista 175).

A pessoa em situação de rua precisa de oportunidades. A situação de rua não é informada e não é realidade para aqueles que não estão. Precisamos de campanhas de prevenção e oportunidades de trabalho para as pessoas em situação de rua. [...] É necessário um entretenimento ocupacional para parar o uso [de drogas]. (Diário de Campo, 2019, Entrevista 11).

Outro fator importante a ser mencionado é que, muitas vezes, os

entrevistados declararam encontrar dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, em função da baixa escolaridade. Na pesquisa, a taxa de analfabetismo foi de 3,5%. Além do mais, 60,6% dos participantes da pesquisa não concluíram o ensino fundamental, enquanto apenas 14,7% possuíam o ensino médio completo. A proporção de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior foi de 2,4%.

Em contrapartida, o desejo por retornar aos estudos foi citado pelos participantes: “Acho que deveriam ter mais cursos para se ocupar. Em Porto Alegre, fiz vários. Aqui deveria ter mais espaços para oficinas” (Diário de Campo, 2019, Entrevista 13). Outro participante complementou: “O Centro POP poderia oferecer passagem para os usuários se locomoverem [...] pretendo voltar a estudar, alugar um local e voltar a trabalhar” (Diário de Campo, 2019, Entrevista 30).

Baixa escolaridade, perda de documentos, dificuldade em manter a higiene pessoal, ausência de comprovante de residência e a falta de própria habitação foram alguns dos elementos citados pelos entrevistados como fatores que impedem o acesso ao trabalho e à renda formal. Além disso, a dinâmica vivenciada por esse público nas práticas do cotidiano é precária e marcada por uma rotina que inviabiliza a realização de tarefas consideradas simples, muitas vezes. O relato a seguir exemplifica como se dá o dia a dia dessa população, contrariando o estigma de que as ruas são habitadas por pessoas que não desejam trabalhar:

[...] semana que vem eu tenho uma entrevista de emprego e eu tô correndo atrás pra mim conseguir ficar lá no albergue. [...] Aí tu pensa: como que eu vou ficar na rua e depois no outro dia ir fazer entrevista? Como é que eu vou tá? Como é que vai tá a minha situação? Eu não me importava de caminhar três quilômetros, porque eu sabia que eu chegando lá [no albergue] eu ia ter onde sentar, tomar um banho, jantar e me deitar, pro outro dia me levantar, lavar meu rosto, escovar meus dentes, trocar de roupa e sair pra mim procurar um trabalho. Pronto, isso já resolveria tudo, mas agora não, eu tenho que tá me preocupando que vai terminar meu tempo [de estadia no albergue], que eu tenho só três dias pra procurar um trabalho, que eu tenho que ir atrás de uma vaga de emprego, que eu tenho que conseguir uma entrevista, que eu tenho que tá sempre bem organizado, que eu tenho que me barbear, que eu tenho que tomar banho, que eu tenho que me alimentar, que eu tenho que procurar almoço, tudo isso em um dia. Imagina, em um dia só, quando eu vou ver já são 17 horas da tarde e eu tenho que voltar porque depois das 17 horas da tarde tá tudo fechado. (Diário de Campo, 2019, Entrevista 74).

No que se refere à posse de documentos, verificou-se que 75,3% dos entrevistados possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF); 71,7%, Carteira

de Identidade; e 70,6%, Certidão de Nascimento, Casamento ou Divórcio. Entre os participantes, 14,1% não possuíam nenhum tipo de documento de identificação ou não responderam. Cabe ressaltar que a posse de documentos formais de identificação constitui um importante indicador de inclusão social.

O seguinte relato demonstra a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em decorrência da falta de comprovação de habitação: "Precisa mais oportunidade de emprego para os moradores de rua, sem precisar de comprovante de residência" (Diário de Campo, 2019, Entrevista 49).

A renda média diária declarada pelos participantes foi de R\$51,95 (DP: 46,6). Destaca-se aqui o alto desvio-padrão como importante indicador da desigualdade na renda dessa população. Vale destacar também que o cálculo dessa média ocorreu com base nos valores diferentes de zero declarados por apenas 80 participantes, já que os outros 90 não souberam ou não quiseram informar.

Ao tratar de renda complementar, os dados apresentados na Tabela 2 indicam que 35,3% eram assistidos pelo Programa Bolsa Família, e 5,3% exerciam alguma atividade de trabalho extra como fonte de complemento de renda. Ressalta-se, ainda, que 50,6% não responderam ou não possuíam nenhuma fonte de renda complementar.

Tabela 2 - Fonte de renda complementar

	n	%
Não possui	86	50,6%
Bolsa Família	60	35,3%
Atividade de trabalho extra	9	5,3%
Aposentadoria	4	2,3%
Auxílio-doença	3	1,8%
Doação da sociedade civil	3	1,8%
Auxílio familiar	2	1,2%
Aluguel de casa	1	0,6%
Benefício de Prestação Continuada – BPC	1	0,6%
Prostituição	1	0,6%
Total	170	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Sobre os serviços públicos, foi perguntado aos entrevistados o que seria necessário para melhorar o atendimento à população em situação de rua

na cidade de Novo Hamburgo. Proporcionalmente, em primeiro lugar, 48,8% dos entrevistados apresentaram como demanda a necessidade de implementação de políticas de geração de renda/trabalho. A importância do trabalho para a pessoa em situação de rua, que é atrelado à dignidade da pessoa humana e como um meio para proporcionar estabilidade pessoal, é relatada a seguir:

O trabalho é o que o cara precisa, se oferecessem um trabalho bom, se eu recebesse, eu *taria* em casa, mas eu não tenho esse incentivo, eu já tive né, mas eu não dei valor. O trabalho mudaria tudo e daí eu *taria* em casa, *taria* trabalhando, entendeu? E quando eu tava em casa lá, toda sexta-feira, eu recebia meu dinheiro, eu fumava, mas não bebia, e hoje em dia tu não tem valor nenhum, eu né, tu tem, eu não. Aqui [na rua] não tem nada (Diário de Campo, 2019, Entrevista 58).

Por fim, ao investigar os aspectos de saúde/doença das pessoas em situação de rua, verificou-se que o grupo geral de sintomas ou doenças mentais, como depressão (28,8%) e ansiedade (5,4%), por exemplo, atingiu o percentual de 62,8%. Cabe destacar que os dados obtidos acerca da saúde dos participantes foram autodeclarados, já que não houve a exigência de alguma comprovação ou laudo médico.

4. DISCUSSÃO

Em relação ao cotidiano daqueles que se encontram em situação de rua, o desemprego foi apontado como o terceiro motivo pelo qual os entrevistados passaram a morar na rua. Além disso, o desemprego permaneceu como uma das principais dificuldades enfrentadas no dia a dia por essa população, além da falta de renda, do preconceito, da violência e da fome. Vale salientar que, ao se questionarem as dificuldades enfrentadas no contexto da situação de rua, os resultados evidenciaram diversidade nas demandas e características desse público.

Em um dos relatos apresentados, é possível perceber a intensificação da rotina de quem vive na rua, o que envolve desde o deslocamento entre diferentes serviços públicos municipais em busca de abrigo, higiene, alimentação ou atendimentos em saúde e assistência social até o tempo de espera para acessar esses locais. Essa dinâmica demanda grande investimento de tempo e de atenção por parte da população em situação de rua, tornando muito mais desafiadoras a inserção e a realização de atividades laborais.

Ademais, a baixa escolaridade dessa população apontada no estudo representa um importante indicador das trajetórias de vida ligadas à

violação de direitos. Evidencia-se uma taxa de analfabetismo (3,5%) superior aos dados daqueles que tiveram acesso ao ensino superior (2,4%), e uma maioria (60,6%) não concluiu o ensino fundamental. Esses achados aproximam-se do perfil educacional descrito no mapeamento da população em situação de rua da Região Metropolitana de Porto Alegre, da qual 55% também não haviam completado o ensino fundamental e de cuja taxa de analfabetismo era ligeiramente menor (2,1%) (CAMP, 2017).

Além do trabalho, a educação também ocupa um lugar fundamentalmente ontológico, sendo uma atividade inerente ao ser humano. Reconhece-se a educação como elemento essencial à dinâmica da vida social e como mediador do conhecimento, se relacionada ao conjunto das práticas sociais, contribuindo, assim, para o processo emancipatório do indivíduo (Polli, 2020). Todavia, Saviani (2007) aponta que a relação trabalho-educação sofre novas determinações com o surgimento do modo de produção capitalista, já que seu princípio é a educação como preparação do indivíduo para os processos produtivos. Assim, ao tratar da precariedade evidente do acesso a esse recurso pela população em situação de rua, percebe-se a constante violação de direitos e, do mesmo modo, a dificuldade de inserção dessas pessoas, que foram excluídas, institucionalmente, do mundo do trabalho.

Tem-se, portanto, a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional como fatores que dificultam a inserção dessa população no mercado de trabalho, mas, não diferente, encontra-se o preconceito que cerca as pessoas que fazem da rua sua morada, muitas vezes acompanhados de outros estigmas que uma parcela dessa população carrega e que prejudica sua participação no mundo do trabalho (Pinheiro & Giongo, 2023).

Importante destacar que diversos entrevistados manifestaram o desejo de retomar os estudos formais, mas lamentaram a dificuldade de acesso às instituições de ensino. Grande parte das escolas que oferecem modalidades de ensino aos jovens e adultos estão localizadas em bairros periféricos, distantes do centro da cidade, onde são disponibilizados alguns espaços seguros de abrigo ou albergagem para quem vive nas ruas.

Nos achados do estudo proposto, também ficou evidente a desigualdade na renda declarada por essa população. Supõe-se que a dificuldade dos participantes em mensurar valores concretos adquiridos por determinado período seja fruto da precariedade de suas condições de trabalho, tendo em vista que a grande maioria (98,2%) não possuía vínculo empregatício.

De maneira semelhante, uma pesquisa realizada em Porto Alegre indicou que 99,3% do público participante não tinha emprego formal com carteira assinada (Fundação de Assistência Social e Cidadania [FASC], 2016).

As oportunidades de trabalho formal são quase inexistentes, mesmo que a pessoa tenha competência ou qualificação requerida. Devido ao preconceito existente e à ausência de endereço fixo, a inserção em atividades laborais torna-se um desafio a ser enfrentado. Alles (2010) enfatiza que o acesso ao trabalho é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, todavia esse obstáculo não se refere apenas à situação financeira, pois o não-trabalho tem ligação direta com a sociabilidade e os relacionamentos estabelecidos por esses sujeitos. Da mesma forma, a autora destaca a fragilidade das relações de trabalho dessa população, visto que, mesmo no período anterior ao da ida às ruas, tais relações podem ser desde sempre precárias quanto aos vínculos empregatícios formais.

Além do mais, o trabalho ou sua ausência está intimamente ligado à identidade e ao reconhecimento social do sujeito, assumindo um papel constitutivo de sua subjetividade que vai além de uma atividade de subsistência e geradora de renda (Schmidt, Januário & Rotoli, 2018). O sentimento de não pertencimento social e inutilidade emergiu na fala dos entrevistados que relataram que “hoje em dia, *tu* não tem valor nenhum”, ao tratarem o desemprego e a própria situação de rua como grandes obstáculos vivenciados no cotidiano.

De acordo com Ribeiro (2007), o trabalhador desempregado sofre uma ruptura biográfica que o separa do sistema social. É nessa situação de exclusão social, ao notar que são constantemente descartados, ofendidos e humilhados, que os trabalhadores sofrem quando vivenciam o desemprego, bem como adoecem psicologicamente.

Dos participantes da pesquisa, ao serem questionados sobre aspectos de saúde-doença na perspectiva da situação de rua, uma significativa parcela (62,8%) apontou sofrer de sintomas ou doenças mentais, como depressão e ansiedade. Um fator que agrava essas vivências é que, muitas vezes, as pessoas em situação de rua passam a acreditar que são culpadas tanto pela ausência de moradia quanto pela sua situação empregatícia.

Dessa forma, como indicam Barros e Oliveira (2009), esse processo de degradação resultante do não-trabalho experienciado pelo desempregado costuma ser resignificado com a provisão de um novo trabalho. Todavia, a procura por novas relações de trabalho, muitas vezes, resulta na realização

de alguma atividade ocupacional precarizada, quando essa procura ainda é bem-sucedida.

Analisando-se o perfil das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, observa-se a predominância de vínculos informais de trabalho, muitas vezes precários e pouco valorizados. Atividades ocupacionais como reciclagem (12,4%), comércio ambulante (10,6%), construção civil (9,4%) e vigia de carros (7,6%) tiveram destaque. Vale dizer que uma pesquisa realizada em São Paulo também apresentou a reciclagem (19,9%) e o comércio ambulante (13,8%) como as principais formas de subsistência da população em situação de rua (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS], 2019).

Todavia, Lacerda (2012) evidencia que algumas pessoas que desenvolvem essas atividades mencionadas possuem dificuldade em reconhecer suas estratégias de sobrevivência financeira como trabalho. Isso acontece em decorrência da situação de vulnerabilidade em que essa população se encontra, que inviabiliza a concepção de atividades como recurso constituinte de algum reconhecimento social ou identificação com a função exercida, uma vez que a própria renda proveniente dessas ocupações não objetiva o acúmulo de bens, pois acaba sendo destinada somente à sobrevivência no ambiente das ruas. Do mesmo modo, Carvalho (2015) destaca a necessidade emergente de conferir o *status* de trabalho a essas atividades informais de subsistência, tanto social quanto subjetivamente.

Mesmo com a inserção no mercado de trabalho informal, 33,5% dos entrevistados não possuíam nenhuma atividade ocupacional, o que sugere que, além da própria dificuldade de acesso ao trabalho e à renda formal, essa situação se repete nesse âmbito. Esse dado corrobora os resultados de um estudo realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, em que 34,5% dos participantes também não exerciam nenhuma atividade econômica (CAMP, 2017). É nesse contexto de difícil acesso à renda formal e informal e de uma situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos que a pessoa em situação de rua se encontra, o que resulta na aceitação de qualquer tipo de trabalho, tendo em vista sua necessidade de sobrevivência.

Tal como indicam Machado *et al.* (2016), esses processos de precarização social e do trabalho, marcados pela institucionalização da instabilidade por meio das emergentes formas de escassez e exclusão, impactam os modos de sofrer e adoecer dos trabalhadores. Diante disso, o sujeito é submetido

a um contexto caracterizado por um sentimento de precariedade inerente à sensação de impotência e de perda do domínio de suas atividades. Essa precarização subjetiva, por sua vez, impõe a ele uma posição de vulnerabilidade expressa pela perda de objetos sociais, como emprego, salário, habitação e educação, assim como contribui para a intensificação de sua submissão e seu sofrimento.

Nesse panorama de mudanças sociais e no mundo do trabalho, caracterizado pela precarização estrutural do trabalho, as redes de proteção social sofrem uma fragilização decorrente da flexibilização e redução dos direitos trabalhistas (Antunes, 2011). Assim, é conveniente discutir como as políticas socioassistenciais e os mecanismos de proteção social atuam na dor daqueles que sofrem injustiças sociais, muitas vezes nomeados como “excluídos” pelo discurso político.

Ao evidenciar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, assim como a precariedade de muitas atividades ocupacionais exercidas pela população em situação de rua, questionou-se quais eram as outras fontes de renda dos participantes. Os dados indicam que 40% dos entrevistados possuíam como fonte de renda complementar algum benefício provindo de políticas de proteção social, entre elas, destaca-se o Bolsa Família, por meio do qual 35,5% eram assistidos. Não diferente, ainda em relação a outros meios de subsistência, uma pesquisa realizada em São Paulo mostrou que 43,9% complementavam sua renda por meio de benefícios assistenciais, evidenciando-se a importância de programas de transferência de renda e de proteção social (SMADS, 2019).

No âmbito das políticas públicas, ao se questionar o que seria necessário para melhor atender a essa população, quase metade do grupo entrevistado indicou a necessidade de políticas de geração de renda e trabalho. Esse dado, além de evidenciar o desejo de exercer atividades ocupacionais dessa população, que é composta em sua maioria por trabalhadores, também corrobora a discussão de Farias (2007), que mostra a demanda pela implementação de políticas públicas que possam fomentar a inserção em atividades produtivas e promover a geração de renda e uma vida digna.

Outro elemento que merece ser destacado é que 14,1% dos participantes não possuíam nenhum tipo de documento de identificação, o que lhes dificulta o acesso a políticas públicas oferecidas pelo Estado. Para quem vive no ambiente da rua, a conservação desses documentos é precária por conta de fatores tais como ausência de abrigo, furtos, ações policiais e de

"ordem pública", que produzem repetidas perdas, tornando-se necessária a frequente emissão de novos documentos.

No que diz respeito ao acesso dessa população a políticas públicas, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT, 2018) acusa a ocorrência de violência institucional por parte de algumas instituições públicas e privadas, devido à restrição de acesso a serviços públicos em razão da falta de documentação, o que engloba a negativa de prestação de socorro e a orientação para obtenção de direitos.

Diante do exposto, ressalta-se a importância da ampliação e do fortalecimento da rede assistencial, já que ela trouxe novas perspectivas para a população em situação de rua. Todavia, percebe-se a necessidade de combate à violação de direitos, inclusive na rede de (des)proteção social, tendo em vista as trajetórias de violação e a extrema vulnerabilidade dessa população, a fim de promover uma vida digna e de melhor qualidade para essas pessoas.

Tem-se a instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como um marco que representa o fortalecimento da rede assistencial e de seguridade social e evidencia o esforço para a implantação de ações socioassistenciais (Brasil, 2005). Contudo, de acordo com Gomes e Elias (2016), a população em situação de rua apresenta uma complexidade assistencial que necessita de ações intersetoriais que busquem promover-lhe melhores condições de saúde, emprego, habitação e integração na sociedade. Destaca-se aqui a importância política dos movimentos sociais, como o Movimento Nacional da População de Rua, na mobilização e reconhecimento das demandas e das vivências da população em situação de rua no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou descrever e analisar o contexto de trabalho das pessoas em situação de rua, problematizando os elementos que contribuem para a invisibilidade e a precarização do trabalho. Diante disso, os resultados salientaram que o trabalho nesse contexto é caracterizado por atividades informais e precarizadas, o que dificulta o acesso a direitos e à organização para a saída das ruas. Aspectos como baixa escolaridade, ausência de documentos, preconceito e intensa rotina demandada para a sobrevivência tornam o acesso dessa população ao trabalho formal ainda mais desafiador. Essas vivências, portanto, relacionadas à precarização contribuem com o sentimento de não pertencimento e de sofrimento

social.

Apesar de heterogêneos e relacionados, principalmente, aos problemas familiares, ao uso de álcool e drogas e ao desemprego, os motivos que levaram os participantes da pesquisa à situação de rua podem não ser únicos, mas fruto de um conjunto de complexos fatores. Por meio das escutas realizadas, sugere-se que muitas dessas trajetórias de vida, anteriormente à ida para as ruas, foram marcadas por violações de direitos e por falta de acesso a diferentes políticas públicas, perpassando pela educação, pelo trabalho e pela rede de proteção social.

Ademais, os dados encontrados se contrapõem ao estigma comumente atribuído a essa população, que reforça o estereótipo de pessoas que não trabalham e não querem trabalhar. Ao contrário, os achados dessa pesquisa expressam o desejo dessa população, composta majoritariamente por trabalhadores informais, de exercer atividades laborais dignas, que atribuam uma representação social ao trabalho não somente como meio de sobrevivência nas ruas, mas também como categoria intimamente relacionada às diferentes formas de existir e estar no mundo.

Importante destacar que parte significativa dos entrevistados sugeriu a implantação de políticas de trabalho e renda, além de expressar o desejo de retomar os estudos e de participar de atividades recreativas e educativas. Pela fala dos participantes, a inserção nessas atividades é dificultada pela falta de acesso às necessidades básicas como higiene, alimentação e moradia, além da ausência de políticas de mobilidade urbana gratuita.

Como limitações do estudo, podem ser citadas as dificuldades de acesso aos participantes da pesquisa, fazendo com que o levantamento não atingisse a totalidade das pessoas em situação de rua no município. Além disso, muitas entrevistas não puderam ser gravadas em função da segurança dos pesquisadores e dos entrevistados. Sugere-se que novos estudos sobre as relações de trabalho e as diferentes formas de precarização laboral daqueles que vivem nas ruas sejam desenvolvidos. Ainda são necessários estudos longitudinais e qualitativos que acompanhem as múltiplas formas de ser, existir e trabalhar nas ruas.

Finalmente, conclui-se que as políticas de geração de renda, a inserção no mercado de trabalho e a educação destinadas à população em situação de rua são fundamentais e urgentes no Brasil. Demandam-se ainda, estratégias intersetoriais que considerem a participação ativa das pessoas que estão nessa condição. O atual cenário vivenciado pelas pessoas em situação de rua descortina um processo de precarização estrutural do

trabalho e da vida, dificultando a superação da condição de rua e o acesso à cidadania.

Referências

- Alles, N. L. (2010). *Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, (107), 405-419. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>.
- Antunes, R. (2020). *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. (2a ed). São Paulo: Boitempo.
- Brasil. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Barros, C. A. de., & Oliveira, T. L. de. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 9(1), 86-107. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Carrapato, P., Correia, P., & Garcia, B. (2017). Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. *Saúde e Sociedade*, 26(3), 676-689. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017170304>
- Carvalho, G. M. (2015). *Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.
- Casulo, A. C., & Alves, G. (2018). *Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal*. Bauru: Praxis.
- Centro de Assessoria Multiprofissional [CAMP]. (2017). *Mapeamento da População em Situação de Rua - Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: CAMP.

- Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. (2009). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Recuperado em 5 de março, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_20072010/2009/Decreto/D7053.htm.
- Enriquez, E. (2019). Perda do trabalho, perda da identidade. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, 5(9), 53-73.
- Farias, V. C. C. (2007). *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Fasc - Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. (2020). http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120#:~:text=Cadastro%20e%20Mundo%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o,de%20Rua%20de%20Porto%20Alegre.2016.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Gomes, D. F., & Elias, F. T. S. (2017). Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental. *Comunicação Em Ciências Da Saúde*, 27(02), 151-158. <http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/96>.
- Iamamoto, M. V. (2019). Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social & Sociedade*, (136), 439-461. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.188>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Nota Técnica n. 73: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Rio de Janeiro: IPEA. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf.
- Lacerda, T. F. (2012). *Bioética e diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua no Distrito Federal*. (Dissertação de Mestrado).

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Lukács, G. (2018). *Para uma ontologia do ser social I*. (2a ed). São Paulo: Boitempo.

Machado, F. K. S., Giongo, C. R., & Mendes, J. M. R. (2016). Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. *Revista Psicologia Política*, 16(36), 227-240. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&lng=pt.

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (14a ed). São Paulo, SP: Hucitec.

Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. In S. F. Deslandes, & R. Gomes, M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios [MPDFT]. (2018). *Direitos das pessoas em situação de rua*. https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/impressao/cartilhas/cartilha_direitos_das_pessoas_situacao_de_rua_mpdft.pdf.

Natalino, M. A. C. (2016). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília: IPEA.

Pinho, R. J., Pereira, A. P. F. B., & Lussi, I. A. O. (2019). População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(3), 480-495. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1842>

Pinheiro, S. S., & Giongo, C. R. (2023). "A minha casa é na rua": vivências da população em situação de rua de Novo Hamburgo. *Psicologia USP*, 34, e210096. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210096>

Pinto, R. M. P., & Gondim, A. B. C. (2017). *Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social*. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaoderuaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>.

Polli, J. R. (2020). Educação emancipatória e atualidade do pensamento

- ético-político de Paulo Freire: diálogo e promoção dos direitos humanos. *Filosofia E Educação*, 12(2). <https://doi.org/10.20396/rfe.v12i1.8659969>
- Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020*. (2020). Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 nov. 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>
- Ribeiro, M. A. (2007). Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(1), 75-91. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Saviani, D. (2007). *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.
- Sawaia, B. B., Pereira, A., & dos Santos, L. M. C. (2018). Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. *Comitê Científico-Alexa Cultural*.
- Schmidt, M. L. G., Januário, C. A. R. M., & Rotoli, L. U. M. (2018). Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), 73-85. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p73-85>
- Schutze, F. (1992). Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications. *International Sociology*, 7(2), 187-208. <http://iss.sagepub.com/content/7/2/187.short>.
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS]. (2019). *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. São Paulo: SMADS. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto5_SMADS_SP_Final.pdf.
- Silva, P. M. F. (2015). *Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.